



## **Jornalismo e construções identitárias: as representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no discurso jornalístico do Correio do Povo<sup>1</sup>**

Carolina BONOTO<sup>2</sup>

Laura STORCH<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### **RESUMO**

Este trabalho analisa as construções de identidades sexuais e de gênero no discurso jornalístico do jornal O Correio do Povo, veículo hegemônico de circulação no Rio Grande do Sul que é controlado pelo empresário, bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo. Através da Análise de Conteúdo, analisamos 28 notícias referentes à população LGBT a partir de eixos considerados relevantes na construção de categorias identitárias. O objetivo foi compreender como são representadas as sexualidades não normativas no espaço jornalístico diretamente conectado a uma entidade religiosa. Os resultados permitem observar hierarquias de valor que marcam os processos políticos de construção das identidades individuais e coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** heteronormatividade; identidades sexuais e de gênero; jornalismo; mídia hegemônica; representação.

### **Introdução**

O ano de 2013 foi um marco para o avanço dos direitos civis e sociais do movimento LGBT no Brasil. O Conselho Nacional de Justiça aprovou, em 14 de maio, a resolução que tornou obrigatório aos cartórios brasileiros celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e converter uniões estáveis em casamentos. Entretanto, foi, também, um ano marcado por inúmeras disputas de poder entre as minorias sexuais e as bancas religiosas no Congresso. No dia 18 de junho, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados aprovou o projeto de Decreto Legislativo 234/11, popularmente conhecido como projeto de “cura gay”, que buscava autorizar o tratamento psicológico ou a terapia para alterar a orientação sexual de homossexuais. A interferência de parlamentares das bancadas religiosas nas lutas do movimento LGBT,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Jornalista, formada pela Universidade Federal de Santa Maria (2014).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho, Jornalista, Doutora em Comunicação Social e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria.



principalmente em decorrência do projeto de “cura gay”, gerou inúmeros debates e manifestações por todo o país. Despertou, também, o interesse desta pesquisa.

Entendemos as instituições religiosas como uma das maiores interessadas na manutenção do padrão heteronormativo da sociedade, pois é nele que o modelo da “família tradicional” se apoia. A heteronormatividade se articula na noção de que são legítimas apenas as relações conjugais heterossexuais. Relacionamos o jornalismo a esse contexto, pois é através do discurso que muitas dessas normas foram difundidas e naturalizadas como corretas. Muito mais que um espelho da realidade, o jornalismo é ferramenta de construção de saberes que, dado seus atributos de credibilidade, são vistos na sociedade como “verdades”. A análise da participação do jornalismo na produção de sentidos, na formação de valores e nas relações de poder é fundamental para a compreensão de como são produzidas e reiteradas as diferenças e as desigualdades sociais. É, também, a partir dessa participação que se podem construir novas visões sobre gênero e sexualidade e identidades, assunto principal desta pesquisa.

A identidade, assim como as noções de sexo e de gênero, é construída socialmente dentro de uma rede de significados, a partir dos discursos disponíveis em uma dada cultura em determinado período. Nesse sentido, construiremos uma lógica envolvendo as instituições de poder interessadas na manutenção de determinados padrões de comportamento, o jornalismo como ferramenta capaz de perpetuar ou romper com tais padrões e o indivíduo que faz uso dos saberes disponíveis para construir sua identidade individual e coletiva.

### **Direito à Liberdade: A Construção da Diversidade Sexual**

Ao longo dos últimos dois séculos, profundas mudanças atingiram as concepções e representações referentes à sexualidade, gênero e identidade na sociedade ocidental. Tais conceitos, por serem construídos em diversos contextos sócio-históricos, vêm sofrendo alterações e incorporando uma nova visão de pluralidade. Ainda que a vida social seja sempre mais complexa do que pressupõem os modelos de análise dos estudos sobre a sociedade, o desenvolvimento da compreensão sobre a sexualidade do ser humano, tanto como indivíduo quanto em relação ao seu papel social, ocorre em etapas, acompanhando as possibilidades teóricas e práticas dos estudos científicos, o



acúmulo cultural decorrente dos debates sociais e das disputas de poder simbólico<sup>4</sup>, entre outros.

O entendimento acerca da matriz normativa heterossexual passa pela compreensão historicamente construída de certa continuidade entre sexo, gênero e identidade. Tal lógica implica que um indivíduo nascido com genitais masculinos deveria obrigatoriamente identificar-se como homem, assumir papéis sociais reservados aos homens e envolver-se sexual e afetivamente com mulheres, o que a filósofa norte-americana, Judith Butler (2008), define como “heterossexualidade compulsória”. Essa noção foi construída a partir da visão dominante no século XVIII de que as diferenças anatômicas eram determinantes para o acesso à vida política, econômica, cultural e na definição de papéis sociais. Para desconstruir essa ideia, analisaremos separadamente cada eixo envolvido nessa continuidade, visando compreender como essa articulação foi elaborada ao longo da história.

Thomas Laqueur (2001) argumenta que as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no ocidente no século XVIII criaram o contexto para que se estabelecesse a visão contemporânea sobre os corpos, compreendendo-os como sexos totalmente distintos. Até então, o modelo predominante era o do sexo único, no qual o corpo feminino era considerado uma versão incompleta e inferior do masculino. Apenas no século XIX essa visão foi substituída pelo modelo que afirmava a existência de dois corpos marcadamente diferentes e de duas sexualidades radicalmente opostas. Tal divisão passou a delinear as possibilidades e finalidades sociais de cada sexo. O contexto para a articulação da concepção da diferença sexual entre homens e mulheres não era, segundo Laqueur (2001), reflexo dos avanços nos conhecimentos científicos; era político, atravessado por lutas pelo poder e por posições na esfera pública.

Diversas correntes teóricas basearam-se nas características biológicas para justificar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. O argumento do determinismo biológico embalou séculos de segregações construídas sob o intuito de manutenção do patriarcado. Tanto no âmbito cultural quanto científico, a distinção sexual foi utilizada para compreender e justificar a dominação masculina. Fez-se necessário, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação e demonstrar que não são

---

<sup>4</sup> O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989), é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências. Os símbolos são instrumentos de integração social e tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.



propriamente as características sexuais que definem o masculino e o feminino em uma sociedade e sim a forma como essas características são representadas e valorizadas. Segundo Louro (2003), para compreender o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre eles: “O debate vai construir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental” (LOURO, 2003, p. 21).

O entendimento de gênero possibilita perceber a construção simbólica feita sobre o corpo e o sexo biológico em realidades históricas de culturas específicas. Permite, também, “refletir sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (VEIGA, 2010, p. 49).

Considerando “hegemonia” como a dominação social de certo grupo, exercido não por força bruta, mas por dinâmicas culturais que se estendem à vida privada e estabelecem determinados padrões, podemos também entender a mídia, as instituições de educação e a ciência como canais pelos quais essa hegemonia heteronormativa pode ser estabelecida. A maneira “correta” ou normativa de gênero produz homens com características masculinas e mulheres com características femininas e, também, define papéis sociais. Ao adicionarmos o fator da heterossexualidade como parâmetro de normalidade no que se refere ao gênero, teremos a conduta “ideal” formulada nas relações de poder. O que se propõe agora, entretanto, é a compreensão do indivíduo para além de suas características biológicas e papéis sociais. Analisaremos o corpo e o gênero como constituintes da identidade dos indivíduos. Nas palavras de Guacira Lopes Louro:

[...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (LOURO, 2003, pp. 24-25).

Para Stuart Hall (2005), a identidade de um indivíduo é formada continuamente pelos sistemas culturais que nos rodeiam. São, portanto, produzidas discursivamente e só fazem sentido dentro de sistemas de significação, o que as limita a contextos e períodos históricos em que estão situadas. São definidas historicamente, e não



biologicamente. Hall ainda reconhece os aspectos subjetivos da identidade, estabelecendo que esta não é imposta, e sim resultado da trajetória do indivíduo. Essa trajetória não se comporta, necessariamente, de maneira linear e progressiva, permitindo ao indivíduo variar determinados comportamentos. As identidades interagem, se modificam e até se contradizem:

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

A identidade sexual é construída pelas diferentes formas como os indivíduos vivem suas sexualidades: com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Ela está relacionada com comportamentos e práticas sexuais adotadas pelo sujeito e por ele utilizadas em sua auto definição. Podemos entender as identidades de gênero de modo semelhante, elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Através de diferentes discursos, práticas e representações, os indivíduos vão se identificando, social e historicamente, como masculinos ou femininos e “arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo” (LOURO, 2003. p. 28).

Compreendendo as identidades sexuais e de gênero como produtos dos sistemas de valores e saberes dominantes na sociedade na qual estão inseridas, é fundamental o debate sobre como tais valores e saberes são construídos e disseminados dentro de um contexto histórico. Para entendermos tal construção da realidade, é necessário nos voltarmos para o papel que a mídia, e o jornalismo em especial, desempenham na produção de significados que acabam por legitimar ou excluir comportamentos.

### **O Jornalismo e o Olhar Sobre o *Outro***

Considerando-se o jornalismo como um espaço democrático de discussão sobre os mais variados assuntos de interesse social, pode-se afirmar que o campo jornalístico é um discurso que deve representar a diversidade de pensamentos na sociedade contemporânea. Entendemos, também, o jornalismo como contribuinte para a definição de papéis e afirmação de valores e sentidos, sendo um dos seus principais deveres contemplar a pluralidade de atores sociais, representando a multiplicidade de formas culturais e incluindo as minorias sociais, políticas e sexuais.



O jornalismo é construído sobre uma perspectiva de credibilidade e de compromisso com o leitor. Espera-se que ele mantenha uma relação específica com o cotidiano, sempre oferecendo um quadro amplo da realidade e não uma perspectiva unilateral dos fatos. Nesse sentido, o jornalismo se apresenta ligado a valores como responsabilidade social, interesse público, democracia e cidadania. E, para cumprir com esse papel, o jornalismo deve ser plural. A ideia de pluralismo implica em contemplar e incorporar o “Outro”, ou seja, a camada de indivíduos que se encontram à margem do estabelecido como “normal”, aqueles que não se encaixam na norma social. Para Cláudia Lago (2010), acolher o “Outro” em toda sua alteridade<sup>5</sup>, sem reducionismos ou estereótipos faz com que o jornalismo cumpra seu dever com a democracia efetiva e cidadania plena para os indivíduos.

Porém, para tanto, é necessário compreender o próprio jornalismo como um discurso socialmente construído, inscrito na história e na cultura, articulando valores vigentes na sociedade. A análise da participação do jornalismo na produção de sentidos, na formação destes valores e nas relações de poder é fundamental para a compreensão de como são produzidas e reiteradas as desigualdades sociais. É, também, a partir dessa participação que se pode construir novas visões sobre gênero e sexualidade, favorecendo as representações de diversidade sexual.

Segundo Nelson Traquina (2001), a primeira teoria criada para explicar a atuação do jornalismo na sociedade baseava-se na noção-chave de que o jornalista seria “um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender, que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (p. 75). A chamada “teoria do espelho” compreende os jornalistas como observadores passivos cuja função é apenas refletir a realidade. Em oposição direta à teoria das notícias como espelho da realidade surgem, nos anos 70, as teorias construtivistas.

Nessa perspectiva, mais do que simples espelhos de uma realidade pré-existente, os jornalistas tornam-se participantes ativos na construção da realidade. As teorias construtivistas defendem o discurso jornalístico inscrito na história, partindo de significados social e culturalmente determinados (BENETTI, 2008, *online*<sup>6</sup>). É

---

<sup>5</sup> Compreenderemos aqui o conceito de alteridade como a pluralidade de valores que determinam como olhar e diferenciar o outro, incorporando o diferente na sua diferença e não no seu estereótipo ou simplificação. Entende-se que o desconhecimento da alteridade, o desrespeito à diferenciação, pode gerar contundentemente a um processo de exclusão.

<sup>6</sup> Documento eletrônico não paginado.



importante ressaltar que o paradigma do jornalismo como construtor da realidade não implica na perda da objetividade<sup>7</sup> ou credibilidade das notícias. Fundamentalmente, essa corrente teórica contesta a visão instrumentalista das notícias e ao considerar o discurso jornalístico produzido por indivíduos a partir dos significados disponíveis em sua cultura, reconhece a subjetividade do jornalista com seus valores incidindo na produção das realidades sociais.

O jornalismo, através dos processos de significação, constrói um universo de valores no qual as notícias consolidam supostas “verdades”. Diariamente somos apresentados, através da mídia, às verdades sobre como devemos agir, onde devemos ir, os perfis comportamentais mais “adequados”, os modos legítimos de viver nossa sexualidade, enfim, como e sujeitarmo-nos a convenções sobre comportamentos “normais” e “aceitos”. Para Berger e Luckmann (2009) as ações humanas estão propensas a se constituírem como hábitos no chamado processo de institucionalização:

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações mas também dos atores nas instituições. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas (BERGER e LUCKMANN, 2009, p.79).

De acordo com essa perspectiva de institucionalização, determinadas atitudes repetidas, transmitidas e padronizadas tornam-se naturalizadas e passam a ser encaradas como regras pela sociedade. O jornalismo, nessa perspectiva, é um dos eixos<sup>8</sup> que norteia a construção de sentidos dos sujeitos e dos comportamentos sociais, sendo também, por eles influenciado. Encontramos o discurso jornalístico, portanto, fundado em uma rede de valores e saberes dominantes, num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos a construção do jornalismo sobre a representação ou invisibilidade da diversidade sexual na sociedade atual.

A luta por visibilidade na mídia hegemônica vai além do combate às desigualdades e às opressões. Barbalho define que “as minorias tornam mais complexo o cenário social ao reivindicarem não só questões salariais, seguro-desemprego,

---

<sup>7</sup> A objetividade, nessa perspectiva teórica, é compreendida como um “valor” de referência para a prática profissional jornalística, que ainda que inatingível, deve constantemente nortear as escolhas e recortes efetuados pelo jornalista, em sua prática cotidiana – o implicando, por fim, eticamente.

<sup>8</sup> Outras importantes estruturas que operam a construção de sentidos sobre a realidade e as noções de normalidade são, em nossas sociedades, a família, a Igreja, o sistema jurídico, entre outros.





assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas singularidades, ou melhor, de sua identidade/diferença” (2004, p. 2). A chamada política da identidade se caracteriza pela afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos oprimidos ou marginalizados. Os indivíduos pertencentes aos grupos minoritários lutam contra as desigualdades também defendendo o direito de ser como quiser, sem ser controlado, delimitado, normatizado, censurado moral ou ideologicamente dentro do contexto social, cultural ou legal.

Os movimentos minoritários convergem elementos políticos, como a luta pela eliminação de desigualdades, e elementos sócio-culturais, como a busca pela liberdade de escolha de um estilo de vida diferente do propagado como “correto”, construindo, assim, noções de cidadania, representação e democracia. Por essa razão que, constantemente, as reivindicações de diferentes grupos se interseccionam questionando as normas e estruturas relacionadas à heterossexualidade compulsória, patriarcado, racismo, fundamentalismo religioso e outras ideologias que buscam definir e controlar as pessoas. Barbalho (2004, p. 5) afirma que “a cidadania, para as minorias, passa pelo acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim elas podem dar visibilidade e viabilizar outra imagem sua que não a feita pela maioria e daí fazer suas reivindicações específicas”.

Diante do exposto, reconhece-se a importância do jornalismo como lugar de pluralidade de vozes sociais, expressando a multiplicidade de formas culturais e incluindo os que parecem viver à margem da sociedade. O campo jornalístico, enquanto um dos construtores da realidade social, contribui para a definição de papéis e para a afirmação de valores e sentidos, podendo atuar no processo de naturalização de determinados comportamentos considerados “desviantes” na sociedade contemporânea. Considerando, como visto até agora, que formas de expressão do gênero e da sexualidade fora do padrão heteronormativo ainda são bastante condenadas em nossa sociedade, a veiculação de discursos que questionem essa normatividade se mostram fundamentais para a construção da identidade dos “outros”.

### **Fundamentos Metodológicos**

O Correio do Povo é um jornal impresso, em formato tabloide, com circulação no estado do Rio Grande do Sul que, desde 2007, faz parte da Central Record de Comunicações, conglomerado de mídia controlado pelo empresário, bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo. Segundo pesquisa realizada pelo





Instituto Verificador de Circulação (IVC)<sup>9</sup> em 2011, a circulação do Correio é de 149,2 mil exemplares por dia, sendo o terceiro jornal gaúcho em tiragem e nono brasileiro.

O Brasil é o país com o maior número de católicos do mundo. Segundo o censo do IBGE<sup>10</sup> de 2010, há 123 milhões de católicos no Brasil, o que representa 64,6% da população. É também o país que mais abriga seguidores de religiões pentecostais<sup>11</sup>, sendo desses, 24 milhões de evangélicos. O crescimento vertiginoso de igrejas como Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Renascer em Cristo refletiu na inserção desses segmentos religiosos em diversos setores estatais, entre eles, destacamos a presença de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional e nos meios de comunicação. Nesse sentido, a escolha do jornal O Correio do Povo como objeto de pesquisa se dá pelo interesse em analisar como as minorias sexuais são representadas e têm suas identidades construídas dentro de um discurso jornalístico diretamente conectado com a Igreja e sua explícita intenção de manter os valores heteronormativos da sociedade atual.

O *corpus* da pesquisa é composto por 28 textos jornalísticos, escolhidos entre 229 registros encontrados no *site* do periódico, no intervalo de seis meses. As matérias foram, primeiramente, selecionadas pelo conteúdo jornalístico. Para a análise, consideramos apenas as publicações de gênero informativo, como notícias, reportagens e entrevistas, deixando de lado referências de gênero opinativo. Muitos registros eram repetidos, devido à existência de duas ou mais palavras-chave e foram descartados, assim como muitos que apenas citavam alguma das referências sem aprofundar o tema, principalmente em decorrência das manifestações ocorridas no país em junho de 2013<sup>12</sup>. Por fim, excluímos do *corpus* os textos referentes a acontecimentos em outros países que não tiveram uma relação direta com os brasileiros ou o Brasil.

Para trabalhar com tal *corpus*, a Análise de Conteúdo (AC) se revela uma técnica bastante adequada, uma vez que seus procedimentos permitem entender “sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros

---

<sup>9</sup>Documento eletrônico.

<sup>10</sup>Documento eletrônico.

<sup>11</sup>As religiões cristãs não católicas, como as evangélicas, têm sua origem no começo do século XVI, quando o monge alemão, Martinho Lutero, se insurgiu contra Roma, em 1517, revoltado com a venda de indulgências pelo papa. Foi o estopim da Reforma Protestante, que se tornaria uma das mais profundas transformações sociais da história humana.

<sup>12</sup>Os protestos de junho de 2013 foram várias manifestações populares que surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público. A forte repressão policial nos primeiros protestos gerou um sentimento nacional de revolta elevou grande parte da população a apoiar as mobilizações. Ato semelhante rapidamente começaram a se proliferar em diversas cidades do Brasil e do exterior, passando a abranger uma grande variedade de temas, como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral.



culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens” (HERSCOVITZ, 2007). Heloiza Herscovitz (2007) ainda propõe a seguinte definição de análise de conteúdo jornalística:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 127).

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. O objetivo desse tipo de análise consiste na manipulação de mensagens, para que se possa enxergar mais além do que, aparentemente, está dito no texto.

### **A construção identitária da população LGBT no jornal O Correio Do Povo**

Representar significa atribuir sentidos, produzir normas e revelar sistemas de valores que apontam para um desejo social. É por intermédio dos significados produzidos pelas representações que os indivíduos conferem sentido às suas experiências e formulam suas identidades: “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (FILHO, 2004, p. 45). A teoria das representações sociais, desenvolvida pelo psicólogo social romeno, Serge Moscovici<sup>13</sup>, conceitua as representações como categorias de pensamento empregadas pelas distintas sociedades para expressarem sua realidade. Esta complexidade das relações entre os indivíduos e a sociedade implica considerar quais instituições definem os elementos valorativos dominantes e atuam na construção da realidade. Nesse sentido, as representações fornecidas por instituições como a Igreja, o Estado e, nosso objeto de análise, o jornalismo são de extrema importância na inclusão ou exclusão de comportamentos e, conseqüentemente, de grupos de indivíduos que se expressem através desses comportamentos.

A análise das 28 notícias que compõe o *corpus* desta pesquisa permite concluir a existência de dois temas dominantes: “Manifestações” e “Questões Legislativas”. Este dado anuncia uma complexidade do corpus, uma vez que ambos os temas estão

---

<sup>13</sup>As Representações Sociais têm em Serge Moscovici a sua primeira base teórica, em 1961, através da obra *A Psicanálise, sua imagem e seu público*.



profundamente relacionados. No dia oito de maio, o Correio anunciou o adiamento da votação do projeto de “cura gay” e, a partir disso, foram encontradas 25 correspondências entre as palavras-chave “cura gay” e “manifestações”, até o dia dois de julho, quando o projeto foi retirado de tramitação. Lembramos que muitas dessas correspondências não entraram no corpus de pesquisa por apenas citarem o projeto, sem se aprofundar no assunto.

Os temas mais frequentes no agendamento noticioso da comunidade LGBT no *Correio* revelam que a representação dessa minoria é enquadrada em âmbitos temáticos que afetam diretamente sua vida cotidiana e seus direitos civis. Ou, também, têm a ver com iniciativas das próprias, conferindo-lhes legitimidade no plano político, e no plano cívico. Percebemos, assim, um eixo de representação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros que tende a constituir essa minoria como um grupo reconhecido na luta pelo direito de igualdade e expressão identitária.

Entretanto, ressaltamos o fato de muitas matérias apresentarem um viés unilateral. o fato de nenhuma das sete notícias analisadas sobre o projeto de “cura gay” dar voz aos representantes do movimento LGBT. Sobre isso, Traquina (2004) lista quatro recursos determinantes que as fontes devem possuir para impor os seus acontecimentos na agenda dos jornalistas e fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de construção de sentido: o capital econômico; o capital institucional (grau de institucionalização da fonte); capital sociocultural (na forma de autoridade, saber e credibilidade); a estratégia e as táticas de comunicação.

Nesse sentido, identificamos que as principais instituições produtoras de sentidos heteronormativos são as mesmas que o jornalismo considerada como “fontes oficiais” e por isso ocupam local de fala privilegiado. Já as minorias sexuais, enquanto grupo de reivindicação, não estão organizadas em instituições cujo reconhecimento social as coloque no papel de “fontes primárias”, ficando vulneráveis à iniciativa midiática para obter visibilidade do meio hegemônico.

Outro eixo de análise do *corpus* foi a relação entre identidades individuais e coletivas no conteúdo jornalístico do *Correio do Povo*. Para isso, é importante salientar, primeiramente, que, embora haja demandas políticas comuns a praticamente todos os públicos do movimento LGBT, tais como a criminalização da homofobia e o casamento civil igualitário, cada uma dessas identidades envolve lutas simbólicas específicas, ainda que semelhantes. Os homossexuais masculinos, por exemplo, são estigmatizados devido à transgressão da masculinidade dominante. Travestis, transexuais e transgêneros, por



sua vez, sofrem com a invisibilidade pela falta de discussão sobre as diferenças entre sexo, gênero e identidade. Além de constantes constrangimentos e violências por não condizerem com a norma cisgênera. Entre suas principais reivindicações está o acesso à rede pública de saúde, tanto para tratamento hormonal, quanto para a cirurgia de redesignação de sexo. Os transexuais almejam, também, que o poder judiciário lhes assegure o direito de obter a troca de nome e a adequação da documentação anterior a essa troca, para que ele ou ela possa ter o seu passado reconhecido, no tocante ao grau de escolaridade, à qualificação profissional, etc. As lésbicas enfrentam uma combinação de sexismo e homofobia, tendo menor acesso à espaços políticos e simbólicos. Já os bissexuais carregam o estereótipo de “indecisos” ou “não-assumidos” tendo sua identidade negada, algumas vezes, até mesmo dentro do movimento LGBT.

Das 28 notícias analisadas neste trabalho, 22 fazem referência às identidades abarcadas pela sigla LGBT e seis se referem a atitudes de homofobia. Dentre as 22 que utilizaremos neste recorte, percebemos no texto jornalístico do Correio uma tendência a utilizar “homossexual” e principalmente “gay” como termos convergentes de todos indivíduos não-heterossexuais. Com isso, verificamos um maior número de discursos sobre a homossexualidade, especialmente a masculina, do que a respeito das demais identidades. Mesmo ao veicular tais categorias através de discursos conservadores, como, por exemplo, o projeto de “cura gay”, a exposição mais frequente dessa identidade também auxilia o público a elaborar contra-argumentos para essas situações, visibilizando-a e tornando mais fácil seu processo de construção de legitimidade.

Na contramão da visibilidade homossexual masculina no Correio, identificamos zero ocorrência na busca pelas demais identidades. Todas as notícias encontradas através das palavras-chave “bissexuais”, “travestis”, “transgêneros” e “transexuais” já estavam contempladas pela sigla LGBT e não traziam nenhuma referência às identidades individuais. Entendemos o termo “lésbica”, apesar de não ser encontrado de forma específica, inserido na denominação “homossexual”, como por exemplo, na citação sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sob essa perspectiva, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros constituem o “outro” da homossexualidade. Verificamos, assim, a produção de identidades coletivas a partir do movimento LGBT também recorre a estratégias de diferenciação através do dualismo heterossexual/homossexual, o que gera hierarquias baseadas no gênero e na identidade sexual.



Por fim, identificamos as minorias sexuais no discurso do Correio do Povo representadas, majoritariamente, por meio de um processo de normalização de tais sexualidades. O jornalismo hegemônico dificilmente trata as identidades sexuais e de gênero diferentes da heterossexual de forma positiva. Darde (2012) afirma que a heteronormatividade no âmbito jornalístico cria um ambiente de tolerância em relação aos LGBTs por grande parte da sociedade a partir da domesticação da homossexualidade, o que significa levar os homossexuais a pensarem e se comportarem como heterossexuais.

Durante a análise das 28 notícias que compõem o corpus desta pesquisa, identificamos indícios do processo de normalização em dois momentos distintos: nove delas abordavam o projeto de “cura gay” e a luta dos movimentos sociais contra patologização dos homossexuais, outras quatro notícias traziam como tema principal a resolução que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

Para a Igreja Católica, a homossexualidade é contrária à lei natural. Tal noção tem passado de geração a geração sem ser questionadas, criando um imaginário que definia a figura dos homossexuais, entre outros que exerciam práticas sexuais fora da finalidade de procriação, como pessoas moralmente desordenadas. A despatologização e descriminalização se deram associadas ao processo de politização das minorias sexuais. A crescente organização do movimento LGBT pôs em cheque a falta de visibilidade nos meios de comunicação, uma vez considerando o papel socialmente comprometido do jornalismo com a verdade e a pluralidade.

O casamento, por sua vez, é considerado um dos principais pilares da normatividade cristã e nesse sentido, faz-se necessário pensar o que representa a inserção de relacionamentos homoafetivos em um padrão historicamente heterossexual. O casamento civil igualitário é uma das principais e mais antigas lutas do movimento LGBT e, no Brasil, representou um importante passo no caminho pela cidadania das minorias sexuais. Entretanto, Darde (2012) destaca que o casamento indica uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pois o reconhecimento estatal levaria a uma delimitação das relações aceitáveis como sendo apenas aquelas que pudessem resultar em “casamento”, o que automaticamente relegaria à ilegitimidade as relações fora dos padrões hegemônicos.



## Conclusão

Este trabalho surgiu a partir de uma inquietação frente a algumas peculiaridades do veículo estudado. Considerando a relação de poder estabelecida entre uma entidade religiosa e um veículo de comunicação, objetivou-se verificar como as identidades de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros seriam representadas no conteúdo jornalístico do *Correio*. Para isso, adotamos a Análise de Conteúdo, método que possibilita trabalhar com um variado conjunto de dados, reduzindo sua complexidade e gerando informações a partir de índices presentes nas mensagens. Além disso, estabelecemos um marco teórico que levou em conta os processos de construção de categorias identitárias desde as primeiras teorizações sobre corpo, sexo e gênero.

A diferenciação entre sexo, gênero e identidade foi o primeiro passo nessa construção. Considerando-se que há, como no dizer de Louro (2003), uma expectativa de continuidade entre sexo biológico, gênero e sexualidade, buscou-se estabelecer uma distinção entre esses três elementos em que se baseiam as identidades sexuais e de gênero e explicitar o seu caráter cultural e histórico. A bibliografia consultada permite afirmar que mesmo a descrição das diferenças físicas entre homens e mulheres é pautada por um discurso de gênero, que coloca os valores masculinos, associados ao homem, como parâmetro, estabelecendo discursivamente as diferenças associadas ao feminino e à mulher, e permitindo o uso dessas diferenças para justificar desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

Vimos que tal hierarquia baseada na masculinidade dominante é geradora de desigualdades e preconceitos sociais e simbólicos. Nesse contexto, inserimos o jornalismo como ferramenta capaz de atuar na “quebra” desta heteronormatividade, uma vez que dê lugar para a pluralidade de vozes e atores sociais. Através da análise do nosso corpus de pesquisa, percebemos que o *Correio do Povo* se faz valer de recursos jornalísticos variados, como, por exemplo, o enquadramento, o agendamento e as fontes oficiais para manter a objetividade ao tratar da representação da população LGBT. Não identificamos, porém, marcadores de posicionamento sobre questões relevantes como a aprovação do casamento igualitário ou o arquivamento do projeto de “cura gay”. Percebemos, ainda, a identidade coletiva do movimento LGBT com muito mais visibilidade que as identidades individuais. Na verdade, pouco se falou do indivíduo homossexual no corpus analisado.



## Referências bibliográficas

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARBALHO, Alexandre. Minorias, biopolítica e mídia. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004, Porto Alegre.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 10, 2004.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T.. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRITZMAN, Deborah. **O que é essa coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan/jul, 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONDE, Michelle Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro**: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. Dissertação. Universidade Federal de Goiás, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. **A construção cultural da diferença dos sexos** In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Publicação Semestral, Ano 2, Número 3, junho de 1995, pp. 3-8.
- DARDE, Vicente Willian da Silva. *As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- FILHO, José Freire. *Mídia, Estereótipo e Representação*, 2004.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. V1.
- HERSCOVITZ, Heloisa G. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Orgs.). *Metodologia da pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.2007.
- LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003. 6a. ed.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- VEIGA, Márcia. **Masculino**: o gênero do jornalismo. Porto Alegre: 2010. Dissertação, Faculdade de biblioteconomia e comunicação, Programa de pós-graduação em comunicação e informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- .